

GALVÉAS: VAMOS VOLTAR A CRESCER.

Apesar de todas as dificuldades previstas para 1983 — e do rigor que a execução da estratégia definida ontem pelo CMN exigirá dos condutores da economia —, o ministro Ernane Galvésas, da Fazenda, traçou ontem um quadro extremamente otimista sobre as perspectivas econômicas do próximo ano.

Para ele, não haverá recessão em 1983. Ao contrário, afirmou, o Produto Interno Bruto (PIB) poderá até crescer, enquanto as taxas de juros internas têm possibilidade de cair, beneficiando o comportamento dos preços e a reativação das atividades econômicas, com reflexos favoráveis no nível de emprego, que tende a melhorar em relação aos dois últimos anos. A inflação, segundo o ministro, deve situar-se em torno de 70%.

Galvésas fez essas previsões ao comentar o documento "Programação do setor externo em 1983", aprovado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e tido como "realista e perfeitamente viável" de ser cumprido, não só pelo ministro como também pelos demais conselheiros, como o próprio Galvésas relatou. O documento tem como ponto fundamental a obtenção de um superávit de seis bilhões de dólares na balança comercial e uma redução de 51% no déficit em transações correntes (soma do saldo da conta de comércio, juros da dívida externa, fretes, seguros e outras remessas de dólares ao exterior), o qual deverá cair dos 14 bilhões de dólares este ano, para 6,9 bilhões, em 1983.

Sem racionamento

Galvésas fundamenta seu ponto de vista de que não haverá recessão no próximo ano no fato de que o corte nas importações — que serão reduzidas de 19,5 bilhões de dólares, este ano, para 17 bilhões, em 1983 — está centrado, basicamente,

na economia de 1,1 bilhão de dólares com petróleo, cujos gastos terão de ser reduzidos de 10,1 bilhões, neste ano, para 9 bilhões. Ao contrário do que informa o documento, o ministro da Fazenda revelou que os números da conta de comércio para este ano são mais modestos: 20 a 20,5 bilhões de dólares de exportações, em vez de 21 bilhões, e 19,5 a 19,8 bilhões de importações, em vez dos 20,5 bilhões, previstos no documento, resultando, assim, num superávit de 500 a 800 milhões. "Isto significa que o ajustamento será um pouco menor" — observou.

O corte nas importações de petróleo não implicará em rationamento de gasolina e outros combustíveis, porque a economia nas compras será compensada com maior produção interna de petróleo e aumento no consumo de outras fontes energéticas, como álcool, carvão e energia elétrica — destacou Galvésas. Além disso, o impacto do corte nas importações do setor público — que precisarão ser contidas em 2 bilhões de dólares, contra os gastos de 3,3 bilhões, este ano — não é exagerado, segundo Galvésas. Ele lembrou que os grandes projetos do setor público — as hidrelétricas e o programa siderúrgico — estão em fase de conclusão e, portanto, demandarão menos importações.

Quanto aos demais cortes, que atingirão o setor privado — na ordem de 1,5 bilhão, pelos cálculos do ministro da Fazenda —, são pequenos e serão feitos com critérios altamente seletivos. "Eles serão realizados sem qualquer dificuldade" — afirmou, acrescentando que no próximo ano Brasil deixará de importar alumínio, cobre e produtos siderúrgicos semi-acabados, passando a exportá-los. "Portanto, há elementos de convicção de que a economia brasileira tem forças e margem para se adaptar a importa-

cões de 17 bilhões" — explicou. Galvésas lembrou, ainda, que o Brasil já viveu dois períodos — de 1958 a 1961 e, depois, de 1975 à metade de 1978 — em que as importações ficaram estagnadas, enquanto a economia crescia entre 7 e 10%. "Há realmente uma relação entre o nível de importações e o crescimento econômico, mas não é rígida" — afirmou.

Mais empregos

O PIB poderá "até crescer", no entender do ministro Galvésas, porque a Secretaria do Planejamento, os Ministérios da Fazenda, Indústria e Comércio e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) já identificaram cinco mil itens importados pelo País que podem ser produzidos internamente. Este processo de substituição de importações — frisou o ministro — utilizará a capacidade ociosa da indústria nacional e precisará de mais mão-de-obra para produzi-los.

O revigoramento da economia nacional será também ajudado, segundo Galvésas, pela redução no custo interno do dinheiro, o que se mostra possível devido à menor necessidade de buscar recursos no mercado externo. "Ao reduzirmos a dependência da economia brasileira desse endividamento externo, poderemos ter uma diminuição nas taxas de juros, o que permitirá a reativação da economia e levará a uma diminuição no ritmo inflacionário" — disse Galvésas. A concretização dessa previsão melhorará o nível de emprego, mas o ministro ressaltou que, "como em toda parte do mundo, no Brasil também continuará havendo desemprego". Disse acreditar, contudo, que "em 1982 o nível de emprego no Brasil vai melhorar em relação a 1981, e em 1983 vamos seguir o mesmo curso de 1982", com possibilidade de melhoria".

A divulgação do documento relativo a política externa foi antecipada — normalmente ele é aprovado na última reunião do ano do CMN, juntamente com os programas fiscal e monetário — porque era preciso dar uma satisfação à opinião pública, explicou Galvésas. "Nós entendemos que é muito importante esclarecer a opinião pública nacional e também internacional sobre o que nós estamos pretendendo fazer para acelerar o processo de ajustamento do balanço de pagamentos em 1983, em função da nova realidade de dificuldades internacionais" — explicou.

Indagado se a execução dessa política de redução do endividamento externo traria algumas vantagens ao trabalhador, o ministro respondeu: "Elas representarão algum esforço de adaptação de empresas que estão importando mais do que a economia pode suportar. Mas, como o corte atinge basicamente petróleo e o setor público, não trará qualquer efeito para o trabalhador". Sobre os benefícios que essa política proporcionará aos operários, Galvésas disse: "Como o programa é para o bem do Brasil, também é bom para o trabalhador brasileiro. Nossa política está em linha com a situação de dificuldades internacionais".

O ministro da Fazenda não admite observações de que as metas programadas poderão não ser cumpridas, como sempre tem ocorrido nos últimos anos. "Este é um trabalho sério, no qual vamos procurar engajar toda a sociedade. Não estamos admitindo que não podemos cumprir esses objetivos. Vamos cumprir, mas, evidentemente, se houver acidente de percurso temos toda flexibilidade para reajustar. A impressão que nós temos, porém, assim como todos os membros do CMN, é de que é uma hipótese viável que pode ser cumprida."